

A Frente de Luta, constituída por dezenas de entidades, inclusive o SEESP, aprovou documento que abrange dez propostas básicas que podem promover a geração de oportunidades na Capital e facilitar a vida de quem ainda não encontrou um novo trabalho. Cidade perdeu 205 mil postos em 2016 e tem mais de 1 milhão de pessoas sem ocupação. **Página 6**

NR -
INTENSIVO (2x R\$ 900,00)
Curso de Eletricista Industrial - 02 PARCELAS R\$20000
Eletricista Industrial - Cursos à Distância
Técnico Eletrotécnico (T) Técnico em Edificações
Cursos Rápidos e Práticos Encaminhados Para Emprego
Ligue: (11) 2625-2344 / 3441-6111

VAGAS

REGADO DE LIMPEZA - VAGA MASCULINA - R\$ 900,00 + VT + VR - Horário: Segunda a Sexta - das 7 às 16 hs e sábado das 7 às 11 hs. Responsabilidade: liderar pessoas na área de limpeza e com atenção.

EXPERIÊNCIA COMO COPEIRA COMPROVADA EM CARTÃO

TRABALHO DE VENDAS - MANHÃ E TARDE - R\$ 700,00 + VT + VR - BARUERI - MORAR NA REGIÃO - Curso das 11h às 13h

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 68 - 03188-000

PROCURA-SE

GRUPO TEATRAL ESTÁ A PROCURA DE TRABALHADORES EXPERIENCIADOS

ALUGO DE COZINHA VAGAS

COMPANHIA DE SEGURANÇA E QUALIDADE

RUA DE SAO MI 100 - 01106-000

GALLERIA BOLETO



Sindicatos defendem medidas *contra o desemprego* em São Paulo

Marcelo S. Camargo/FramePhoto/Folhapress



A DISPOSIÇÃO DE *seguir* TRABALHANDO

OS PRIMEIROS MESES de 2017 estão, indubitavelmente, marcados por dificuldades econômicas, com destaque para o desemprego, e ameaças a direitos, como as propostas de reforma da Previdência Social e da legislação trabalhista. Também na mira dessa metralhadora giratória está a engenharia nacional, que pode se ver sucateada se não houver medidas que propiciem a sua participação qualificada em empreendimentos e projetos de monta. Para o SEESP, este cenário indica claramente a necessidade de seguir trabalhando. Sem espaço para o desânimo, nossa participação deve ser ainda mais qualificada e intensa para que possamos dar contribuição decisiva à reversão do quadro negativo.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Tal perspectiva guia a atuação de nossa entidade de forma integral em todo o Estado de São Paulo. Em visitas realizadas às nossas delegacias sindicais, iniciadas em meados de janeiro e que devem prosseguir até a primeira semana deste mês (veja notícia na página 8), essa disposição de buscar resultados em benefício da categoria, do conjunto dos trabalhadores e da população brasileira ficou bastante clara. Nossos dirigentes, distribuídos pelas 25 cidades em que o SEESP mantém subseções, além da Capital, estão prontos a enfrentar o desafio de superar a grave crise que aflige o Brasil e se faz sentir em todas as localidades.

Um ponto central na estratégia de ação do SEESP é lutar pela valorização dos engenheiros. Isso significa defender remuneração justa, condições de trabalho adequadas, acesso a atualização profissional e reconhecimento de seu saber técnico. Porém, também implica afirmar nosso protagonismo nas questões nacionais que dizem respeito à engenharia. Em um plano nacional de desenvolvimento é tema de nosso interesse com prioridade. Por isso mesmo, o nosso sindicato, juntamente com a Federação Nacional



dos Engenheiros (FNE), vem se fazendo presente nos debates fundamentais para se definir que modelo de País teremos: soberano e próspero ou subalterno e pobre. Uma dessas questões é a discussão quanto à exigência de conteúdo local na definição das regras para as próximas licitações para exploração de petróleo e gás no Brasil. Diante da proposta do governo de reduzir os índices de contratação nacional, a FNE, juntamente com outras entidades de engenharia e representantes da indústria, vem se mobilizando e reivindicando que essa posição seja revista (leia matéria na página 5). Precisamos evitar esse prejuízo e ga-

rantir que a riqueza do petróleo seja também traduzida em desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

8 de março – A busca por igualdade de gênero e emancipação feminina, de forma a garantir às mulheres plenos direitos e cidadania, é certamente uma agenda permanente. Contudo, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é momento propício para nos lembrarmos de quão essencial é essa pauta para construirmos uma sociedade sem discriminação, exclusão e violência. Viva a luta das mulheres, da qual fazem parte todos que acreditam em justiça social.

Diante das dificuldades, a participação do SEESP deve ser ainda mais qualificada e intensa. Nessa pauta estratégica, está a luta pela valorização da categoria e por seu protagonismo nas questões nacionais.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fofolito e impressão: ANATEC PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS.



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

Engenharia tem prazo de validade

Nestor Tupinambá

UM REPRESENTANTE da indústria naval brasileira, em encontro na Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) no mês de janeiro de 2017, com a participação de lideranças das áreas empresarial e tecnológica, incluindo dirigentes do SEESP (*confira em <https://goo.gl/SG2QTK>*), fez a seguinte afirmação: "Engenharia tem prazo de validade." A frase traduz uma verdade contundente e um aviso preocupante de possibilidades de convulsões sociais no País caso continue essa avassaladora judicialização a interferir no desenvolvimento de nossa infraestrutura.

Foram cerca de 60 anos, começados com pás, enxadas e carroças, um longo aprendizado através de erros e acertos e de muitas mortes. Mas hoje temos uma das melhores construtoras de infraestrutura do mundo. Portugal, Estados Unidos, vários países da África e da América Latina viram importantes obras dessas empresas. E, nessa trilha, seguiram grandes exportações de cimento, vergalhões de aço, equipamentos, caminhões, tratores etc..

No caso da Petrobras, responsável por cerca de 60% dessas compras no País através de suas subsidiárias e fornecedoras, sempre se deu preferência ao mercado nacional, desenvolvendo-o quando necessário através de inúmeros centros de pesquisas no Brasil (o último data de 2016 em São Carlos-SP). Mas agora, com as cessões das bacias do pré-sal, como a transferida à Noruega, os equipamentos são locados fora do País. O óleo bruto é levado à Noruega, onde é beneficiado. Interessante que esse país possuía o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do norte europeu, mas, ao descobrir petróleo em suas águas, adotou modelo semelhante ao da Petrobras e hoje ostenta um IDH similar ao da Suécia e ao da Dinamarca. Ao contrário, o modelo exportador é o que viceja na Venezuela, na Nigéria e no Gabão, entre outros.

A Abimaq espera uma redução, de modo otimista, de R\$ 250 bilhões em encomendas de equipamentos no País nos próximos dez anos. Na Petrobras, as empresas nacionais foram alijadas da licitação para a retomada das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Esse contexto traz um esvaziamento das nossas empreiteiras, que começam a se desfazer de seus ativos. Enquanto isso, os métodos construtivos evoluem, o que exige intenso e constante treinamento. Equipamentos para paredes diafragmas e fresadoras importadas da Europa, os novos *Tunnel Boring Machines* (TBMs), os "tatuções", passando logo para a quarta geração, são alguns exemplos. É provável que nossas empresas não possam participar das próximas licitações de grandes obras. A brutal e agressiva concorrência internacional deixará nossas empreiteiras à margem, apesar do pífio desempenho de várias companhias estrangeiras nas obras da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô-SP). O resultado serão milhões de novos desempregados.

Enquanto isso, assistimos a enorme Samsung coreana ter executivos presos por suborno e a Volkswagen alemã que falsificou atestados de não poluição (pagou multa de quase US\$ 5 bilhões aos EUA) sem nenhuma punição à suas operações. Nos Estados Unidos, na crise de 2008, IBM e Xerox com problemas junto ao governo americano conseguiram acordos de leniência em dez e 30 dias. Prendam-se os culpados, pague-se a quantia desviada, mas conservem-se os empregos considerados preciosos. Aqui parecem não ser tão importantes, pelo trato à questão e o silêncio da mídia. Os "efeitos colaterais" aumentam, e a nossa engenharia vai perder o prazo de validade.

Nestor Tupinambá é engenheiro, delegado sindical do SEESP no Metrô-SP



ACABAMOS DE APRESENTAR O CLÁSSICO "SABATINA NO SENADO"





Por uma tributação mais justa no País

Rosângela Ribeiro Gil

A TEMPORADA DE ENTREGA das declarações de Imposto de Renda 2017 (IR), referente ao ano-base 2016, começa em 2 de março e se estende até 28 de abril, segundo a Receita Federal (*todas as informações em <https://goo.gl/W43IA4>*). É nessa época que os trabalhadores brasileiros vão sentir a “ferocidade do leão”, conforme ironiza o técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Airton dos Santos.

Tal sensação, explica, se deve a várias distorções no sistema tributário brasileiro, que não consagra o preceito inscrito na Constituição Federal da progressividade e equidade. Entre essas, ele relaciona como a mais emergencial a correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) pela defasagem somada entre 1996 e 2016, de 83,10%. Fora isso, salienta Santos, é necessária a reorganização do sistema tributário brasileiro em bases mais justas.

Em nota técnica lançada em janeiro último, o Dieese observa que na medida em que a tabela do Imposto de Renda, há 20 anos, tem variado em proporção inferior à inflação, ocorre uma corrosão dos rendimentos assalariados em termos reais, já que o IR aumenta cada vez mais sua tributação sobre os vencimentos devido à defasagem da correção das faixas. Hoje a tabela é reajustada pela meta inflacionária. A tabela atual do IRPF, tomando como referência o ano-calendário 2016, é composta de cinco faixas de renda, sendo uma de isenção (até R\$ 1.903,98) e a final, de R\$ 4.664,68, tributada pela alíquota de 27,5%.

Proposta de Tabela IRPF 2016, com duas novas faixas com correção de 83,10%¹

	Base de cálculo mensal (R\$)		Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até		3.486,25	-	-
De	3.486,26	5.229,37	7,50	R\$ 261,47
De	5.229,38	7.844,06	15,00	R\$ 653,67
De	7.844,07	9.805,08	22,50	R\$ 1.241,98
De	9.805,09	12.256,34	27,50	R\$ 1.732,23
De	12.256,35	15.320,43	30,00	R\$ 2.038,64
Acima de	R\$ 15.320,43		35,00	R\$ 2.804,66

Fonte: Receita Federal e IBGE / Elaboração: Dieese

Nota: (1) Defasagem medida pelo IPCA-IBGE no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2016

“O nosso Imposto de Renda deveria ser corrigido de acordo com a variação da inflação, nos mesmos moldes que o salário”, defende o técnico do Dieese. E prossegue: “Na maioria das vezes, os sindicatos e as categorias profissionais reivindicam o reajuste salarial pelo INPC (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor*), medido pelo IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*) do período anterior. Sem a correção da tabela, o fisco avança nessa recomposição de perdas. Para o ‘leão’, o trabalhador teve aumento, quando, na verdade, ele teve apenas a reposição. Isso acontece com todas as faixas.” A incorreção reside, resalta Santos, porque a tabela atual do Imposto de Renda considera tal cenário irreal. “O governo não atenta para isso, infelizmente”, lamenta. “A não correção da tabela do IR pelo índice de inflação faz com que o contribuinte pague mais IR do que no ano anterior”, aponta.

O sistema atual sobrecarrega quem ganha menos e alivia os salários maiores, o lucro e as grandes propriedades.

A tabela proposta pelo movimento sindical prevê a correção de 83,10% e sete faixas salariais, aumentando a de isenção para R\$ 3.486,25 e criando as alíquotas de 30% (de R\$ 12.256,35 a R\$ 15.320,43) e 35% (acima de R\$ 15.320,43) – *confira quadro nesta página*. “Propomos essas duas novas faixas tomando como base, inclusive, a experiência internacional. Não vai gerar distorções ou iniquidades. Criaremos um ambiente tributário mais saudável, correto e justo para o assalariado”, assevera.

Redesenhar o regime

Santos argumenta ainda que o sistema tributário brasileiro precisa ser redesenhado. “O princípio da contribuição é o da equidade, ou seja, devem pagar mais aqueles que têm



A correção da tabela do IR pelo índice da inflação favorece todos os trabalhadores, explica Airton dos Santos.

maior capacidade. No Brasil, a maior tributação, em torno de 58%, incide sobre o consumo, o que faz com que todos paguem o mesmo imposto, desde o que recebe salário mínimo até o que ganha mais de R\$ 50 mil. Depois temos a tributação direta na fonte, o IR, que significa mais de 27% e, por último, a sobre o patrimônio, em apenas 3,7%.” Segundo o técnico do Dieese, nos países desenvolvidos, destaque para os Estados Unidos, Japão e Alemanha, essa relação é diferente: “O patrimônio pode ser taxado em até 40%.”

Ele informa que tributar rendas altas e grandes propriedades é um princípio universal. “Não estamos inventando nada. A regressividade do sistema nacional se dá porque grande parte da arrecadação se dá no preço dos produtos. Os diferentes pagam os mesmos impostos indiretos – como, por exemplo, o ICMS (*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços*) e o ISS (*Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza*).”

O sistema tributário progressivo, argumenta Santos, também ajuda a distribuir renda e dinamizar a economia. “Sobrando mais dinheiro nas camadas mais pobres e na classe média baixa, aumenta-se o consumo. Com isso, tem-se mais produção, o que vale dizer também geração de emprego. Todos seríamos mais felizes.”

Reverter decisão nociva ao Brasil

Soraya Misleh*

“Um crime de lesa pátria.” Assim o presidente do Conselho de Óleo e Gás da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), César Prata, classifica a decisão do comitê interministerial em 22 de fevereiro que reduz a garantia de conteúdo local nos próximos leilões de petróleo, em especial no que requer engenharia, tecnologia, produção e desenvolvimento.

A determinação, que pegou de surpresa a indústria e a engenharia nacional – cujas propostas não foram ouvidas –, fixou um padrão global para meios flutuantes (plataformas e navios de apoio) em apenas 25%, sem separar bens de serviços. “Significa que podem não usar sequer um parafuso produzido no Brasil. Se essa decisão for mantida, deve-se engrossar o número de desempregados em mais 1 milhão”, alerta Prata.

Apesar de o governo já ter anunciado as novas regras, essas ainda terão que ser validadas em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para março. Segue, assim, a mobilização por adequações nas regras apresentadas. Para reverter tal definição, Murilo Pinheiro, presidente do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), conclama a “forte reação” da “Engenharia Unida”.

Luta prioritária

Gestões para evitar a decisão nociva ao País vinham sendo feitas pela Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional e devem não só continuar, mas se intensificar. Sob a coordenação do deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), em sua segunda reunião, na Capital Federal, no dia 9 de fevereiro, essa frente apontou a luta pela garantia de conteúdo local no setor estratégico de óleo e gás como prioritária.

Nesse sentido, aprovou três requerimentos (confira em <https://goo.gl/tjaDu2>), sendo um

deles para realização de audiência pública com o propósito de debater sobre empresas convidadas para construção da unidade de processamento de gás natural do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). “O que nos une é um projeto de Brasil”, resumiu Lessa sobre a ampla e variada representação durante a reunião, que teve a presença de diversos parlamentares e lideranças das áreas produtiva e tecnológica.

Já à abertura, Murilo expressou a preocupação central, ao ler o Manifesto à Nação brasileira (confira em <https://goo.gl/630Xji>). No documento, a posição clara da engenharia: “Não podemos concordar com a exclusão sistemática das nossas empresas de processos licitatórios, como pode ocorrer na reativação das obras do Comperj, para a qual a Petrobras convidou apenas empresas estrangeiras, a menos que venham elas a operar no Brasil, gerar empregos e contratar máquinas e equipamentos fabricados aqui.”

“Acompanhamos o anúncio de uma série de medidas que parecem colocar em jogo o modelo pelo qual o BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) funciona e financia o desenvolvimento. Por exemplo, no comitê relativo ao conteúdo local, o representante dessa instituição e o da Finep (*Financiadora de Estudos e Projetos*) perderam o direito a voto”, afirmou o diretor da Associação dos Funcionários do BNDES Arthur Koblitz.

O presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino, salientou: “A Noruega é rica em petróleo, exige conteúdo local na exploração da riqueza do Mar do Norte e hoje tem um dos mais elevados Índices de Desenvolvimento Humano. A Nigéria, com sua riqueza extraída pelos grandes fornecedores de petróleo dos Estados Unidos, sem um projeto de desenvolvimento, tem 70% da população abaixo da linha da pobreza. O que estamos discutindo é se teremos o modelo Noruega ou Nigéria”, enfatizou. Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), José Roberto Bernasconi, frisou: “Não podemos deixar que nossa capacidade instalada seja desmontada.” Na mesma linha, Arthur Almeida, da Abimaq, colocou que o que está em debate é se “a Petrobras faz



Frente Parlamentar da Engenharia mobiliza-se por garantia de conteúdo local nos leilões de petróleo.

parte do projeto nacional ou não”. Leonardo Urpia, diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), destacou que propostas na contramão da defesa do conteúdo local vão retirar empregos e prejudicar o desenvolvimento.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) foi enfática: “Não podemos conviver com uma situação em que a engenharia esteja posta em risco. Temos centenas de profissionais qualificados e empresas que precisam passar para o País as tecnologias desenvolvidas por nossas inteligências. Também queremos valorizar as mulheres que integram a engenharia nacional e reconhecer sua participação na área de ciência e tecnologia. Coloco-me à disposição nessa batalha.”

Participaram ainda do debate durante a reunião da frente os deputados Leônidas Cristino (PDT-CE), José Carlos Aleluia Costa (DEM-BA), Assis Melo (PCdoB-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ), Luiz Sérgio (PT-RJ), Valdir Colatto (PMDB-SC), Edmilson Rodrigues (PSOL-BA), Mauro Pereira (PMDB-RS), Carlos Zarattini (PT-SP), Rafael Motta (PSB-RN), Davidson Magalhães (PCdoB-BA), também da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras; o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu da Silva; os senadores Wellington Fagundes (PR-MT) e Hélio José (PMDB-DF); e o ex-presidente do Clube de Engenharia, Raimundo de Oliveira. A terceira reunião em Brasília está prevista para meados de março.

*Com informações de Rita Casaro

“O que nos une é um projeto de País”, resumiu o deputado Ronaldo Lessa.



Dez propostas na luta contra o desemprego

Soraya Misleh

A FRENTE DE LUTA contra o Desemprego em São Paulo, composta por dezenas de entidades, entre as quais o SEESP, aprovou documento com dez propostas básicas para atender os desempregados na capital paulista em sua busca pela recolocação no mercado e aliviar o quadro de dificuldades enfrentadas. As reivindicações foram fechadas na quarta reunião desse grupo, no dia 14 de fevereiro, na sede do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (Siemaco), e seriam apresentadas ao prefeito João Dória Jr. em 1º de março.

Elaborado com o auxílio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o documento é fruto dos debates entre os participantes. Destaque para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, a partir de pleito inicialmente feito pelo representante do SEESP, o diretor Osvaldo Passadore Junior. A partir da constatação de que o desemprego atinge 27% desse público, a despeito de programas como Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego, ele enfatizou: “É preciso oferecer possibilidades de empregabilidade”, elogiando o texto final: “O resultado é um documento sintético, mas detalhado. Os sindicatos não podem ficar de braços cruzados diante do grave quadro atual.”

No País, dados oficiais dão conta de que há cerca de 13 milhões de pessoas desempregadas – em São Paulo, são mais de 1 milhão, num universo de aproximadamente 6 milhões de ocupados, devido à eliminação de 205 mil vagas em 2016. Como consta do

documento, entre o ano passado e 2015, a taxa de desemprego na Capital aumentou 25%, passando de 12,8% para 16%. As informações são da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em colaboração com o Dieese. Entre os setores mais atingidos, segundo o técnico desse órgão, Thomaz Ferreira Jensen, estão o de serviços, que responde por 63% das ocupações no município de São Paulo, seguido da construção civil, indústria de transformação e comércio. “Com a acelerada desindustrialização verificada, um problema estrutural, houve eliminação de diversos postos de trabalho”, destaca.

Conforme ele, a partir da realidade enfrentada pelas categorias representadas pelos sindicatos, cerca de 50 deles se envolveram na construção de propostas para fazer frente a tal cenário. “A pretensão foi construir algumas propostas para médio e longo prazos à retomada mais robusta do emprego, incluindo ações emergenciais para lidar com o problema”, explica. Também técnico do Dieese, Altair Garcia salienta: “As discussões tiveram início em janeiro, a partir dos metalúrgicos de São Paulo, e ampliaram-se para outros setores. O objetivo bem definido é pautar o governo quanto ao sistema de proteção social, geração de emprego e renda, rumo ao desenvolvimento regional sustentável. A bandeira de luta é que o poder público municipal assumira política mais ampla, sistêmica, focada nos pontos que serão apresentados, de modo que se combata o desemprego estrutural. Discutem-se, assim, soluções a partir dos atores produtivos.”

Para Passadore, esse horizonte vai ao encontro da postura cidadã do SEESP e de sua adesão ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) lançada em 2006, que no ano passado se debruçou sobre o tema “Cidades”. Entre os exemplos de demandas históricas desse sindicato, o dirigente cita a descentralização do emprego, abrindo postos de trabalho nos bairros distantes do centro, e a consequente otimização da mobilidade urbana, contem-

pladas no documento. Passadore também vê conexão entre a ação unitária que levou a esse resultado e o movimento “Engenharia Unida” – chamado da FNE a coalizão dos diversos segmentos da sociedade ao enfrentamento da grave crise atual no País.

Em São Paulo são mais de 1 milhão fora do mercado, devido à eliminação de 205 mil vagas somente em 2016. Ação unitária visa fazer frente a grave quadro.

Na ótica do consultor sindical do SEESP, João Guilherme Vargas Netto, a articulação que deu origem à Frente de Luta contra o Desemprego em São Paulo e seus frutos são “iniciativa extremamente positiva, que reforça essa unidade e a busca de soluções a um grave problema que causa grande sofrimento à população brasileira”.

O documento

Entre as propostas, aos desempregados, concessão de bilhete único gratuito, possibilidade de aluguel social, isenção de pagamento de impostos e de tarifas de água e energia, bem como garantia dos produtos da cesta básica e ampliação do seguro-desemprego para 12 meses. À recolocação e abertura de postos, modernização dos Centros de Apoio ao Trabalhador e Empreendedorismo (Cates), criação de um programa de valorização profissional e de oportunidades ao desenvolvimento de atividades de forma cooperativa, estímulo e regulamentação do trabalho 24 horas para algumas atividades.

Ao acompanhamento de sua implementação, o documento propugna pela criação do Observatório da Produção e do Emprego, com a participação dos representantes dos trabalhadores. Confira o texto aprovado na íntegra, ao qual ainda será inserida a preocupação com o desemprego entre a juventude e a necessidade de buscar saídas a essa questão: <https://goo.gl/4ICoCo>.



Fotos: Beatriz Arnaldi

Reunião aprova documento com propostas da Frente de Luta contra o Desemprego em São Paulo. No detalhe, Passadore: preocupação com inclusão de jovens no mercado.

Mulheres na engenharia

Em 2010, 63% de todos os títulos acadêmicos de nível superior concedidos no País foram para as mulheres. Elas são maioria – representando de 52% a 77% do total de títulos – nas áreas de educação; humanidades e artes; saúde; ciências sociais, direito e administração; e serviços. No entanto, nos setores de engenharia ainda estão em minoria, em torno de 30%. Os dados constam de artigo do jornalista Carlos Orsi, publicado na *Revista Ensino Superior*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2012.

Arquivo pessoal



Cherolee Ramos criou blog para conversar com mulheres da engenharia.

É nesse universo que muitas mulheres têm realizado o sonho de se formar na área. Foi assim com Evelina Bloem Souto, a única a receber o diploma na modalidade civil na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), em 1957. E é assim, após 60 anos, apesar da realidade ter mudado bastante, como constata estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a pedido da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Em 2003, elas representavam 16,8% do total dos empregados; em 2009, eram 18,7%; e em 2013, atingiram o patamar de 20,8% (*confira quadros nesta página*).

mas já atuou na área durante estágio em 2015. A jovem avalia que as profissionais ainda são vítimas de preconceito e pensam em desistir em certos momentos. “Mas estamos empenhadas e decididas a conquistar esse mercado”, garante. Para endossar a posição, Ramos cita notícia de que a Universidade de Dartmouth (EUA), no ano passado, entrou para a história ao formar mais mulheres (54%) do que homens em um curso de engenharia – um país em que, em média, só 19% dos diplomas da área vão para o sexo feminino.

Cherolee Ramos, de 23 anos, é uma dessas. Formada em Engenharia Mecânica, no início dos estudos, descreve, “numa sala com apenas três mulheres e uns 60 homens”, criou o *blog Mulheres na Engenharia*. “Era para motivar, brincar e expor experiências e mostrar que a mulher pode sim cursar a área de exatas em geral, não só a engenharia, e ser reconhecida por isso”, explica.

Apesar do caminho ainda não muito fácil, Ramos diz que é possível ver homens lutando por mais mulheres na área e acredita que a união faz a diferença para mudar ainda mais o perfil da categoria e garantir valorização para ambos os sexos no exercício profissional.

Atualmente, ela procura emprego – “está difícil para todo mundo hoje” –,

Evolução do emprego formal dos profissionais da engenharia por sexo

Brasil – 2003 a 2013

Ano	Homens		Mulheres		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
2003	121.520	83,2	24.554	16,8	146.074	100,0
2004	126.384	83,7	24.662	16,3	151.046	100,0
2005	134.013	83,5	26.558	16,5	160.571	100,0
2006	142.906	83,0	29.305	17,0	172.211	100,0
2007	152.459	82,5	32.294	17,5	184.753	100,0
2008	168.524	81,9	37.222	18,1	205.746	100,0
2009	173.684	81,3	39.889	18,7	213.573	100,0
2010	188.257	80,7	45.120	19,3	233.377	100,0
2011	201.679	80,0	50.354	20,0	252.033	100,0
2012	210.756	79,5	54.469	20,5	265.225	100,0
2013	216.725	79,2	57.022	20,8	273.747	100,0

Fonte: Rais – Ministério do Trabalho e Emprego – Elaboração: Dieese

Fique sabendo

O Brasil tem mais mulheres do que homens. De uma população de 195,2 milhões de habitantes, 100,5 milhões – ou 51,5% – são mulheres e 94,7 milhões são homens – 48,5% do total. As mulheres também obtêm destaque na escolaridade. Os dados são do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, segundo o qual o nível de instrução feminina ficou mais elevado que o dos homens. Na população masculina de 25 anos ou mais de idade, o percentual de homens sem instrução ou com o fundamental incompleto foi de 50,8% e o daqueles com pelo menos o superior completo, 9,9%. Na população feminina, esses indicadores foram 47,8% e 12,5%, respectivamente.

Distribuição dos engenheiros por sexo



Fonte: Rais – Ministério do Trabalho e Emprego – Elaboração: Dieese

Ex-aluno da Unicamp lança livro que ajuda na elaboração de currículos

O engenheiro civil Marcelo Baena Moreno está lançando o livro “Criando um CV de negócios vencedor – Através de centenas de realizações profissionais de destaque nos 21 domínios principais de negócios”. Voltada a estudantes e recém-formados, a obra pretende apresentar as melhores formas de elaboração de currículos que possam promovê-los junto a potenciais empregadores, para que assim possam entrar no mercado de trabalho em suas novas profissões.

Um dos objetivos é expor temas de interesse do ambiente de negócios, como go-

vernança corporativa, comportamento organizacional, recursos humanos e responsabilidade social. A partir desse debate, o leitor pode aprender como adaptar essas questões no momento em que prepara a sua apresentação de formação acadêmica, competências e habilidades para o ingresso no mercado.

Moreno é formado pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O livro está disponível na loja virtual Amazon, com edições em português e inglês.





Encontros nas delegacias sindicais

Na série de reuniões que a diretoria executiva do SEESP vem realizando nas delegacias sindicais, no interior paulista, desde o dia 13 de janeiro último, já foram visitadas 21 das 25 regionais existentes. Em todos os encontros, o presidente do sindicato, Murilo Pinheiro, tem feito um chamado à “Engenharia Unida” e à expansão da ação sindical das delegacias nas localidades onde estão inseridas. Os mais recentes foram em Mogi das Cruzes (Alto Tietê), no dia 24 de janeiro; no Grande ABC, em 10 de fevereiro; em Bauru, Botucatu e Sorocaba, no dia 14; e em Marília, no dia 15 do mesmo mês.

Nas reuniões, Murilo tem feito um balanço sobre a conjuntura nacional e as atividades ocorridas em 2016, do ponto de vista da categoria. O objetivo é reforçar a

Paula Borolimi



Reunião na Delegacia Sindical do SEESP em Marília, em 15 de fevereiro.

organização e ação sindical para este ano. “Apesar dos tempos difíceis, estamos apresentando uma agenda positiva”, destacou ele. Um dos exemplos desses esforços é o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo sindicato, que oferece o pioneiro curso de graduação em Engenharia de Inovação.

Além das já citadas, foram visitadas as delegacias em São José do Rio Preto, Barretos, Alta Mogiana (região de Ribeirão Preto), Franca, Campinas, São Carlos, Araraquara, Piracicaba, Rio Claro, Alto Tietê, São José dos Campos, Baixada Santista, Jacareí, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Taubaté.

Alto Tietê se reúne com prefeitos da região

Divulgação/Delegacia Sindical no Alto Tietê

Os dirigentes da Delegacia Sindical do SEESP no Alto Tietê se reuniram com os prefeitos de Mogi das Cruzes e Suzano, Marcus Melo (primeira foto acima, à direita, juntamente com Mário Gallego, presidente da delegacia) e Rodrigo Ashiuchi (foto abaixo, com Gallego e Gley Rosa), respectivamente em 1º e 15 de fevereiro. Na pauta, o desenvolvimento dos municípios e, como contribuição nesse sentido, a participação dos engenheiros nos debates das questões locais. A delegacia também levou esse tema à Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.



Estácio
PÓS-GRADUAÇÃO | MBA

PÓS-GRADUAÇÃO 2017

ENGENHARIA

- Engenharia Ferroviária
- Engenharia Civil: Sistemas Construtivos de Edificações
- Engenharia de Controle e Automação
- Instalações Elétricas em B.T. e M.T.

Informações

Capitais e regiões metropolitanas: 4020-2471
São Paulo: (11) 2730-0010
E-mail: pos@posestacio.com.br

0 8 0 0 E S T Á C I O
0 8 0 0 3 7 8 2 2 4 6
www.posestacio.com.br

